



CELEBRAÇÃO DO ANO PAULINO
SÃO PAULO E A MILÍCIA CRISTÃ

Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada

Igreja da Encarnação, 7 de Maio de 2009

- 1. Introdução.** Ao longo destas sessões sobre a vida e os ensinamentos do Apóstolo das Gentes, procurou-se recordar a sua vida santa e rever também alguns dos principais tópicos da sua doutrina. Ao finalizar este ciclo com que a Lugar-Tenência da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro quis, em boa hora, assinalar o corrente Ano Paulino, procurar-se-á considerar a vivência da fé cristã segundo São Paulo. Mas antes de o fazer, interessa sublinhar dois aspectos de especial relevância.

A primeira observação que se impõe é a semelhança que se pode estabelecer entre as circunstâncias históricas em que decorre a vida do Apóstolo e a actual situação mundial: do mesmo modo como os primeiros cristãos foram um sinal de contradição para o seu tempo, também agora os católicos o são no contexto de um mundo secularizado e relativista. Com efeito, os fiéis que queiram honrar o seu compromisso baptismal devem estar preparados para a prática da fé num ambiente que, mais do que de indiferença, é de aberta oposição. É certo que a perseguição à Igreja é uma realidade tão antiga quanto a própria instituição, mas agora conhece contornos de uma particular crueza. Note-se, a este propósito, a agressividade dos ataques ao Santo Padre, por ocasião da sua recente visita apostólica a dois países africanos, ou a perseguição contra os católicos que ousam ser coerentes na prática da fé.



Em segundo lugar, nunca será de mais recordar que os membros da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém não são apenas cristãos que se unem a outros cristãos para confraternizarem e, assim, sentirem-se mais confortados e compreendidos na sua fé, mas homens e mulheres católicos que se propuseram defender a Igreja e, mais especificamente, os Santos Lugares, com as armas da oração, do sacrifício, da esmola e do seu testemunho cristão. A militância que se pede aos Cavaleiros e Damas do Santo Sepulcro de Jerusalém não se exerce na trincheira de nenhuma nova guerra religiosa, ao jeito das medievais cruzadas, mas na frente diária do cumprimento dos seus deveres familiares, sociais e cívicos, onde se requer que o testemunho dos membros da nossa Ordem prime pela coerência e a fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Este nosso serviço a Deus não pode conhecer quaisquer hesitações ou tibiezas, que outra coisa não são do que uma velada traição ao código de honra que, voluntariamente, nos obrigámos a cumprir.

- 2. A luta cristã.** Jesus Cristo disse que não tinha vindo trazer a paz ao mundo, mas a guerra (cfr. Lc 12, 49-53), e elogiou abertamente a atitude de João Baptista, que publicamente censurara o comportamento imoral de Herodes, assegurando que o reino dos Céus é dos violentos, dos que o conquistam à força (cfr. Mt 11, 7-15). Por outro lado, são particularmente fortes as palavras em que, no último livro do Novo Testamento, o Apocalipse, se condena a tibieza: *«conheço as tuas obras, que não és frio nem quente. Oxalá fosses frio ou quente! Mas, porque és morno e não és frio nem quente, vou vomitar-te da Minha boca»* (Ap 3, 15-16). Se no século primeiro da era cristã não era admissível um cristão frouxo, também não se pode consentir, nestes primórdios do terceiro milénio, na tibieza de quem não esteja disposto a defender a fé. Mesmo que um fiel túbio pudesse ter lugar na Igreja, não seria decerto razoável a sua militância nesta Ordem de Cavalaria, que pede aos seus membros não apenas uma passiva concordância com a doutrina católica, mas também uma activa defesa dos seus princípios, porque também a omissão do próprio dever é, de certo modo, uma traição.

Nas suas epístolas, Saulo de Tarso distingue vários níveis de luta: a milícia cristã não tem apenas uma vertente ascética, mas também uma expressão familiar e social.



2.1. É frequente, nos escritos paulinos, a contraposição entre o *homem velho* e o *homem novo* (cfr. Ef 4, 20-24, etc.), terminologia que, por um lado, recorda que pelo baptismo o fiel foi feito nova criatura em Cristo, e, por outro, lembra que, não obstante a acção da graça na sua natureza redimida, nele permanecem ainda alguns vestígios da sua antiga condição.

Neste sentido, a antropologia cristã pauta-se por um grande realismo, ao contrário do ingénuo optimismo pagão, que crê que tudo o que há no ser humano é bom, e do pessimismo luterano, que entende que a condição pecadora do ser humano, mesmo depois de baptizado, não é superável nesta vida.

Esta dificuldade interior é também a que se conhece por concupiscência, ou seja, o desejo desordenado de prazer que se opõe à acção da graça na nossa alma e que, por isso, obriga o cristão a uma constante luta. A esta debilidade da nossa natureza, consequência ainda do pecado original, há que acrescentar as fraquezas decorrentes dos nossos vícios, que se combatem pela prática das virtudes opostas.

Não deve estranhar a presença destas limitações porque, mesmo sendo dificuldades a ultrapassar, são também meios de que Deus se serve para nos conceder os seus auxílios, nomeadamente através da oração e do frequente recurso aos sacramentos. É muito consolador comprovar que, mesmo alguém de virtude tão comprovada como São Paulo, também sentiu o lastro do seu corpo de morte e, pior ainda, a látego da tentação que o fustigava com especial violência, precisamente para que não caísse no pecado do orgulho: «*para que a grandeza das revelações não me ensoberbecesse, foi-me dado um aguilhão da carne, um anjo de Satanás que me esbofeteia, a fim de não me orgulhar*» (2 Cor 12, 7). Por isso, o cristão não reza para não ter tentações, mas para nelas não cair e, quando as experimenta na sua carne ou no seu espírito, deve dirigir-se a Deus com confiança e, até, com agradecimento, como ensina o Apóstolo: «*alegro-me nas minhas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por Cristo, porque quando sou fraco, então é que sou forte*» (2 Cor 12, 10). Por grave e insistente que seja a tendência para o mal, mais forte é sempre a graça de Deus e, por isso, é sempre possível vencer a tentação e, quando tal não acontece, é necessariamente



por culpa de quem não quis, ou não soube, recorrer aos meios que tinha ao seu alcance para triunfar nesse combate.

2.2. As tribulações foram, por assim dizer, as adversidades a que o Apóstolo teve que fazer frente na sua tão agitada vida. Com efeito, teve que fazer frente aos fariseus, aos judeus que não quiseram reconhecer em Cristo o prometido Messias, aos romanos que tudo fizeram para extinguir, à nascença, a religião cristã, e até alguns dos primeiros cristãos, contra os quais teve até necessidade de lançar alguns anátemas.

Seria ingénuo supor que, volvidos dois mil anos sobre a fundação da Igreja, já não há forças que a combatam, muito embora essa oposição não conheça hoje a virulência de outros tempos. Com efeito, talvez ninguém pretenda lançar os cristãos às feras, expulsar os religiosos do nosso país ou fechar os templos cristãos, mas não faltam cristãos injustamente preteridos por razão da sua fé e, mesmo que se consintam ou tolerem algumas manifestações religiosas, pretende-se que as mesmas se limitem ao âmbito dos lugares de culto, impedindo qualquer manifestação pública da fé, entendida como ofensiva para a laicidade do Estado (como se porventura a sabedoria dos cientistas fosse insultuosa para os mais ignorantes, a saúde dos mais fortes ofensiva para os doentes, ou a virtude dos melhores devesse ser ocultada em benefício dos maus hábitos dos seus contemporâneos). Na realidade, não deixa de ser curioso que seja em nome da tolerância que se impõe a intolerância religiosa e que, sob o pretexto da secularidade das instituições públicas, se imponha uma efectiva secularização da sociedade, como se fosse esta que devesse servir aquelas, quando são os organismos estatais que devem estar subordinados ao interesse da maioria dos cidadãos.

Neste contexto adverso, o cristão não se deve deixar amordaçar, nem se pode demitir do seu dever de testemunhar a sua fé, sempre com o máximo respeito pelas legítimas opções dos seus concidadãos, mas sem esquecer que tem também o direito a que a sua liberdade religiosa seja igualmente reconhecida e salvaguardada. Por último, importa não esquecer que há forças políticas, grupos económicos, meios de comunicação social e muitas outras instituições que são, pela sua própria identidade, diametralmente opostas à fé cristã, pelo que, em caso nenhum, se pode consentir que um fiel membro da Igreja e da nossa Ordem admita pertencer a essas entidades anti-católicas. Recorde-



se, por último, que não compete ao próprio ajuizar a compatibilidade da sua pertença ou não a essas organizações, mas à Hierarquia da Igreja e da Ordem, que deve exigir aos seus candidatos uma formal declaração nesse sentido, nomeadamente como condição prévia à sua eventual admissão.

2.3. O demónio é uma realidade que não pode ser ignorada, muito embora pareça existir algum desconforto, até dentro da própria Igreja, em assumir a sua existência e a realidade da sua acção nas almas e no mundo. Contudo, Nosso Senhor Jesus Cristo refere-se repetidas vezes a esta triste personagem, de forma que não permite duvidar da realidade da sua pessoa e da sua maligna intervenção. Há quem afirme que esta é a principal vitória do principal inimigo de Deus e da nossa salvação: fazer crer que não existe, para que assim possa mais facilmente alcançar os seus objectivos. São Paulo, em sintonia com a doutrina cristã, esclarece que este mal não é imaginário, mas um poderoso inimigo: *«Revesti-vos da armadura de Deus, para que possais resistir às ciladas do Demónio, porque nós não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso e contra os espíritos malignos espalhados pelos ares»* (Ef 6, 11-12).

A presença deste temível adversário pode, no entanto, não ser imediatamente advertida, porque Saulo de Tarso reconhece que se pode disfarçar até de anjo de luz (cfr 2 Cor 11, 14), para melhor lograr os seus ímpios propósitos. Há contudo um critério objectivo que permite identificar o maligno: a verdade do Evangelho e a obediência ao Magistério da Igreja e aos seus legítimos pastores; por isso, mesmo que um anjo do céu, ou um apóstolo, anunciasse outra doutrina que não o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, deveria ser repellido sem contempções (cfr. Gal 1, 8).

3. **O bom combate da fé.** É já no fim da sua vida que Saulo, escrevendo a Timóteo, dá graças a Deus por ter combatido o bom combate da fé: *«Tu, porém, sê sóbrio em tudo, suporta os trabalhos, faz a obra de evangelista, cumpre o teu ministério. Quanto a mim, estou já oferecido em libação e o tempo da minha partida aproxima-se. Combati o bom combate, acabei a minha carreira, guardei a fé. De resto, está-me preparada a coroa de justiça que o Senhor, justo Juiz, me dará naquele dia, não só a mim, mas também a todos os que esperam com amor a Sua vinda»* (2 Tm 4, 7-8).



Muito embora esse combate se realize em todas as dimensões da vida humana, é possível esquematizar o âmbito da sua realização em três cenários principais, quais são o da própria vida pessoal, da família e da intervenção social e cívica.

3.1.Integridade pessoal. Se há algo susceptível de ser admirado em Saulo de Tarso antes da sua conversão é precisamente a sua firme determinação que, embora assente num erro de que não era consciente, expressa de forma impressionante a firmeza do seu carácter, a sua extraordinária personalidade. Nem todos os cristãos têm que ter o mesmo brio, mas a todos é exigível a mesma integridade e rectidão de consciência. Ou seja, é admissível que alguém não logre viver todas as exigências da fé cristã, mas não que justifique essa sua insuficiência, apesar de estar hoje muito de moda «*assumir*» as próprias debilidades, como se a dita assunção tivesse o poder de converter tais misérias em actos louváveis. Na realidade, todos os fiéis têm que admitir a sua condição pecadora, mas não como quem se justifica ou desculpa, mas como quem se arrepende e faz o firme propósito de emenda, sem o qual, por certo, nem sequer a absolvição sacramental seria válida.

Não se pode ser católico a meias, não se pode ser cristão apenas por temporadas, nem militar na Ordem do Santo Sepulcro apenas quando estão previstos actos corporativos, mas a fé cristã, bem como a especificação que a mesma conhece no nosso caso, deve estar sempre presente e, por isso, tudo o que fazemos deve condizer com a nossa pertença à Igreja e à Ordem. A vocação cristã não é um compromisso que se cinge a um ideário que se aceita, ou a um conjunto de obrigações pontuais que se cumprem, mas uma *opção de vida* que implica toda a existência; assim deve ser também a nossa vivência cristã, enquanto Cavaleiros e Damas da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro.

3.2.Um outro âmbito particularmente importante é o que se refere às relações familiares. É sabido que agora, como aliás também no início da primeira república, a família tem sido alvo de inúmeros ataques por parte dos poderes do Estado, nomeadamente ao nível da falta de protecção para as crianças ainda não nascidas e da descaracterização do matrimónio, reduzido a uma mera união precária, porventura até



realizável entre pessoas do mesmo género. Também os primeiros cristãos tiveram que fazer frente a uma sociedade permissiva em que não apenas o divórcio era prática corrente, mas também as uniões entre pessoas do mesmo sexo, que tinham contudo o bom senso de não equiparar ao casamento (cfr Rm 1, 24-32). E, contudo, a indissolubilidade do matrimónio cristão, a fidelidade dos esposos que tinham abraçado a fé e o amor existentes nestas famílias, era admirada pelos pagãos: *Vede como se amam!* – comentavam com mal disfarçada inveja. A diferença da família cristã decorre do mandamento novo do Senhor e é essa excelência da caridade que não é dispensável entre os cristãos, nomeadamente os que têm a honra e a graça de Deus de militar na Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém.

3.3. Também na vida profissional, social e política, os cristãos que são Cavaleiros e Damas da nossa Ordem se devem distinguir pela positiva afirmação da sua fé, vivendo com coerência cristã no seio de uma sociedade pagã. Certamente, sendo compreensivos com os pecadores, mas também intolerantes com o pecado, de modo semelhante a como o bom médico deve combater a doença com todo o seu engenho e arte, ajudando e socorrendo o doente o melhor que puder.

É de uma especial actualidade a lição que São Paulo dá aos coríntios a propósito de um caso escandaloso que lhe é proposto: depois de considerar a questão na presença de Deus, o apóstolo decide a expulsão do fiel que persistia num comportamento indigno, atendendo que era o mais conveniente para a incipiente comunidade cristã e também para a salvação da alma daquele pobre pecador (1 Cor 5, 1-13). Não impõe, contudo, que os cristãos se abstenham de comunicar com os pecadores em geral, mas sim com aqueles que, dizendo-se irmãos, vivem de forma contrária à fé e à moral cristãs.

Na vida profissional e na actividade política, os cristãos não estão obrigados a conviver apenas com aqueles que são seus irmãos na fé, mas devem abster-se daqueles comportamentos que, pela sua ambiguidade, possam constituir um verdadeiro motivo de escândalo. A ninguém se obriga que seja cristão ou membro da nossa Ordem, mas se o é e quer continuar a ser, é razoável que, para além dos direitos que decorrem dessas suas afiliações, cumpra também as obrigações inerentes. É óbvio que o juízo prudencial que determina a licitude de determinadas actuações públicas compete, em



princípio, à Hierarquia, mas é razoável que a Ordem, através dos seus órgãos estatutários, estabeleça também critérios de coerência cristã exigíveis aos seus membros.

Pessoalmente, cada Cavaleiro e Dama deve não apenas abster-se de qualquer atitude que resulte menos própria desta sua condição, mas empenhar-se cada vez mais na efectiva defesa dos princípios e valores da fé cristã, nomeadamente nos âmbitos sociais e políticos que lhe correspondam.

- 4. Conclusão.** Se é certo o cenário de luta que acompanhará a nossa existência cristã até ao momento do nosso regresso definitivo à casa do Pai, é também certa a vitória se, pela fé vivida na caridade, nos mantivermos sempre unidos a Nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, a luta cristã não é vivida de forma trágica ou dramática, como se fosse incerto o seu final, mas com a alegre certeza de que o triunfo já foi alcançado em Jesus Cristo. É esta alegre esperança que nos permite afirmar, com São Paulo, que tudo podemos naquele que nos conforta (Flp 4,13).